



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

RONIELE MACÊDO ANTUNES

**A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS AULAS:
PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA.**

FORTALEZA

2017

RONIELE MACÊDO ANTUNES

**A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS AULAS:
PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA.**

**Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de Ciências
Biológicas como requisito parcial
para obtenção de título de
Licenciatura em Ciências Biológicas.**

**Orientadora: Profa. Dra. Erika
Freitas Mota.**

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A644d Antunes, Roniele Macedo.
A discussão sobre violência doméstica nas aulas: percepção de professores de biologia / Roniele Macedo Antunes. – 2017.
45 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Ciências Biológicas, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Erika Freitas Mota.
1. Temas transversais. 2. Família. 3. Formação docente. 4. Escola. I. Título.

CDD 570

RONIELE MACÊDO ANTUNES

**A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS AULAS:
PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA.**

Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de Ciências Biológicas como
requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Erika Freitas Mota (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Raquel Crosara Maia Leite
Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC)

Profa. Dra. Alana Cecília de Menezes Sobreira
Universidade Estadual do Ceará (FECLI/UECE)

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo a **Deus** que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas nos momentos mais difíceis Ele foi minha fortaleza e o meu refúgio. Ele é o maior mestre que alguém poderia conhecer. Agradeço aos meus pais **Célia** e **Francisco** e principalmente aos meus avós **Luísa** e **Salvador** pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Agradeço minha mãe (avó), que me incentivou nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu pai (avô), que apesar da dificuldade me fortaleceu com palavras de incentivo e motivação. Agradeço ao meu esposo **Francisco Givanildo** por dividir o dia a dia comigo, por me apoiar nos momentos de aflições, sei que nenhuma palavra vai definir o quanto você significa pra mim e o seu companheirismo foi e continua sendo muito importante ao longo dessa jornada. Sou muito grata ao meu irmão **Roniê** que sempre esteve ao meu lado orando pelo meu desempenho e pelo meu sucesso. Aos meus amigos (as) da escola para vida **Cléia** e **Leví** que mesmo distantes sempre estiveram do meu lado, ouvindo minhas lamentações e compartilhando os momentos de alegrias, obrigada por fazerem parte dessa caminhada. Obrigada aos **professor@s Diva, Roberto e Vicente** que no momento mais difícil da minha vida foram compreensíveis, me apoiaram, pois sem el@s não teria conseguido. Muito obrigada a todos os meus professores do ensino básico, aos facilitadores do cursinho e especialmente aos orientadores que tive ao longo dessa caminhada, obrigada **Professor Roberto, Professor Christiano e Professora Erika**, vocês são minha fonte de inspiração. Agradeço também ao **Pablo** por sempre me receber em sua sala com muita educação, esclarecia as minhas dúvidas e gentilmente simplificava os meus problemas. Obrigada a todos do **PIBID** foi com eles que eu aprendi o lado bom da carreira docente. Sou muito grata aos meus **amig@s** da faculdade, principalmente a **minha turma**, foi com vocês que vivi as melhores aulas de campo, e os incentivos no final de cada semestre. Quero que saibam que jamais teria conseguido chegar até aqui se não fosse o apoio e a motivação de vocês, muito obrigada especialmente a **Elizabete, Daiane, Lucas, João Mateus e Clésio**, por terem sido o meu grupinho da faculdade se tornando, meus melhores amigos; sei que estarão sempre por perto, mesmo longe. E por fim, obrigada a todos os **professores de Biologia** que responderam meu questionário, contribuindo com o desenvolvimento deste trabalho. Sou muito grata à **UFC**, primeiramente aos seus programas sociais de assistência estudantil, que garante “estabilidade” aos estudantes que vêm do interior e até mesmo de outros estados. E por me fazer transbordar de amor e ódio ao longo desses anos, e principalmente por me transformar na profissional que eu sou hoje, e por ser essa instituição tão maravilhosa que por muitos anos foi minha segunda casa.

RESUMO

A violência doméstica viola os direitos humanos, tendo a sociedade e o Estado brasileiro o dever de atuar por meio de programas e políticas públicas para assegurar os direitos à vida, à saúde e à integridade física da mulher. Nesse contexto, a escola apresenta papel fundamental, podendo fomentar discussões sobre o tema e esclarecer os discentes sobre seus direitos garantidos pela Lei nº 11.340/06 Maria da Penha. Essa pesquisa se propõe analisar a abordagem de temáticas sociais em paralelo com alguns conteúdos ministrados nas aulas de biologia e foi realizada com a observância da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP). Os questionários foram aplicados de maneira presencial e os professores foram abordados nos dias de planejamento escolar, essa data foi escolhida estrategicamente, pois nestes dias todos os professores de ciências da natureza (Biologia) estavam em suas respectivas escolas. Os questionários semiestruturados continham questões gerais sobre: Idade, sexo biológico, formação profissional e área de atuação, etc, além de um maior número de perguntas específicas sobre a temática de violência doméstica. O objetivo do presente trabalho foi verificar a opinião de professores de biologia sobre a abordagem de temas transversais, principalmente a inclusão de discussões sobre violência doméstica em suas aulas. Apesar da relevância do tema e do mesmo poder ser discutido nas aulas de biologia, a realização desse trabalho permitiu verificar que os professores têm dificuldade para trabalhar a violência doméstica e os temas transversais em suas aulas de biologia. É importante ressaltar que a deficiência na formação docente foi indicada para justificar essa dificuldade. Apesar dessa lacuna na formação, não se pode fazer uma relação direta, pois enquanto uns professores relataram maior dificuldade de trabalhar temas como a violência doméstica, associando com a ausência de subsídios em sua formação, outros afirmaram trabalhar temas transversais sem nenhuma dificuldade nas aulas de Biologia, mesmo não tendo tido formação para tal. Repensar a prática de formação docente faz-se necessário para contribuir para um maior embasamento dos docentes para que os mesmos estejam preparados para trabalhar e discutir temas como a violência doméstica em suas aulas.

Palavras chaves: Temas transversais, Família, Formação docente, Escola.

ABSTRACT

Domestic violence violates the Human Rights, so the society and the Brazilian government both have the duty to act, by programs and public policy to ensure the right to life, to health and woman's physical integrity. In this context, the school plays a key role, encouraging discussions about the theme and clarifying the students about their ensured rights by the Law no. 11.340/06, called Maria da Penha's Law. This research is proposed to analyze the social thematic approach in parallel with some contents taught in biology classes and was conducted in the compliance with the Resolution no. 466/2012, from Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP). Questionnaires were applied presently and the teachers were addressed at the school planning days. Such date was strategically chosen due to the presence of all natural science teachers (Biology) in their respective schools. The data were acquired by the fulfilling of the semi-structured questionnaires, which contained general questions about: age, biological sex, professional qualification and occupation area etc, and the specific questions about domestic violence. Knowing the opinion of biology teachers about transversal themes, mainly the inclusion of the discussion about domestic violence in their classes, was the main goal of this work. Besides the relevance of this theme and its discussion in biology classes, the execution of this work has shown that the teachers find difficulties to approach the domestic violence and the transversal themes in biology classes. It is important to stress that the deficiency in the teacher training, pointed out by the teachers, is one of the reasons for such difficulty. Still, this lack of formal training on the topic, seems to provide no direct relationship with the problem, since some teachers pointed the discomfort of dealing with themes such as domestic violence, due to the absence of training aid, while others assert no difficulties of working with transversal themes, even without formal training for such content. To rethink the practice of teacher's training is required to contribute to a wider background of the teachers and prepare them to work and discuss themes such as domestic violence.

Key Words: transversal themes, Family, Teacher training, School.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 01. A sua formação profissional oferece suporte para trabalhar em sala de aula com temáticas sociais, dentro dos temas transversais?..... 24
- Gráfico 2 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 02. Você acha que a violência doméstica deveria ser abordada nas aulas de biologia?..... 25
- Gráfico 3 - Resposta dos participantes em relação à pergunta 03. Você já realizou alguma aula abordando o tema violência doméstica?..... 27
- Gráfico 4 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 04. Você tem alguma dificuldade em abordar em suas aulas temas como esse?..... 28
- Gráfico 5 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 06. Quais dos sinais, você reconheceria como indicativo de violência doméstica?..... 30
- Gráfico 6 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 07. Ao longo dos bimestres, o professor passa a ter uma convivência maior com os estudantes, sendo possível identificar os discentes que são vítimas de violência doméstica. Você já teve alguma experiência desse tipo?..... 32
- Gráfico 7 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 08. Você tem conhecimento da existência de algum serviço na escola voltado para identificar alunos que sofreram com a violência doméstica?..... 33
- Gráfico 8 - Resposta dos participantes em relação à pergunta 09. Acredita que a Lei nº 11. 340/06 (Lei Maria da Penha) possa contribuir para mudanças de comportamento de homens agressivos?..... 35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos candidatos entrevistados	23
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVE HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	13
2.1 Sobre a violência doméstica e contra a mulher.....	14
2.2. Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha e Políticas Públicas Nacional de Enfrentamento a violência contra as mulheres.....	15
2.3. Parâmetros Curriculares Nacionais e os Temas Transversais.....	18
3. OBJETIVOS	20
3.1 Objetivo geral	20
3.2 Objetivos específicos	20
4. METODOLOGIA	21
4.1. Elaboração do instrumento da pesquisa	21
4.2. Participantes e local da pesquisa	211
4.3. Metodologia de análise.....	222
4.4. Coleta de dados.....	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXO	41
APÊNDICE A	44
APÊNDICE B	46

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma visita nos Encontros de Práticas Docentes – EPD – UFC, um evento direcionado para os estudantes de licenciatura, inclusive os que participam do Programa Institucional de Iniciação a Docência - PIBID. Ao prestigiar alguns trabalhos dos demais colegas, me deparei com um que me chamou bastante atenção, o mesmo abordava uma temática social muito polêmica e ao mesmo tempo muito presente em nossa sociedade, no qual retratava a violência contra a mulher, no mesmo momento parei para fazer uma leitura e a cada frase lida, remetia algumas lembranças da infância.

Ao longo desses últimos dois anos, fazer parte do PIBID, foi uma experiência extraordinária, proporcionando um contato maior com a escola, com o dia a dia dos professores e estudantes, o que favoreceu para o desenvolvimento desse trabalho. Uma das experiências mais marcantes foi a execução de uma atividade do projeto *Corpos*, em que levamos um modelo anatômico de um esqueleto para sala de aula e a partir daquela estrutura anatômica os discentes teriam que escrever um perfil para aquele corpo em uma réplica de diário intitulado "Essa é a minha história".

Esses estudantes viram nessa atividade a oportunidade para desabafar, outros criaram histórias fantasiosas, mas a grande maioria fez relatos das suas vidas. Relataram sobre violência, sexualidade, drogas, '*bullying*', etc. Esses fatores nos levaram a uma reflexão sobre algumas situações comportamentais desses discentes em sala de aula.

Em observações realizadas durante atividades do conselho de sala com núcleo docente da escola, em uma pequena amostra da representação do professor, muitas vezes era feito um breve histórico sobre a vida do discente, tanto sobre desempenho escolar como os acontecimentos em seus lares e como isso repercutia na sala de aula. Nesses momentos, foram relatados vários casos relacionados com a violência doméstica como: abusos sexuais, agressões físicas, verbais, e etc., sendo a maioria do sexo feminino e o docente ali presente relacionava esse fato a uma queda no rendimento desses discentes.

No entanto, foi durante os estágios supervisionados do ensino fundamental e médio realizados em duas escolas da periferia de Fortaleza que encontrei situações

muito críticas de casos visíveis de violência doméstica. Em várias conversas informais com os professores destas escolas, impressionava as histórias de vida dos discentes que estudavam naquele local. Para muitos, a escola era um local de refúgio, muitos dos pais eram chamados na escola para conversar, mas poucos compareciam, o que deixa claro para alguns docentes que a escola era um depósito, onde os pais deixavam os filhos com o propósito de se livrarem deles por um período do dia. Frente a essa problemática, comecei a me questionar se seria possível como professor introduzir esse tema tão frequente e relevante nas aulas de biologia e pensei em uma pesquisa sobre esse tema a ser realizada em duas escolas da rede estadual de ensino, localizadas também em dois Bairros da periferia de Fortaleza e nas quais o PIBID – Biologia / UFC atua.

O presente trabalho tem como objetivo verificar a opinião de professores de biologia de duas escolas públicas de Fortaleza-CE sobre a abordagem de temas transversais, principalmente a inclusão de discussões sobre violência doméstica em suas aulas.

2. BREVE HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Diante das discussões sobre violência doméstica, faz-se necessário fazer um breve levantamento histórico, explanando o papel da mulher na sociedade, buscando seu contexto histórico na idade medieval, mas precisamente nos séculos XII e XIII durante o feudalismo, período em que a sociedade era extremamente patriarcal. Nessa época, as mulheres eram muito restritas ao convívio social, pois elas só podiam circular na casa de seus pais, dos seus cônjuges ou em conventos, o que as tornavam submissas (NASCIMENTO, 1997).

Na Espanha, ainda nos séculos XII e XIII a nobreza era dividida em Leão e Castela e foram as mulheres da nobreza leonesa que fundaram os mosteiros femininos, sendo essa uma maneira que as mulheres utilizaram para conservar seus patrimônios e administrá-los sem a interferências de terceiros, como também para minimizar a submissão de suas famílias (NASCIMENTO, 1997).

Mesmo em períodos mais recentes, quando se espera falar de mudanças nesse contexto, observa-se que os papéis sociais que são atribuídos entre homens e mulheres

podem ainda ser considerados semelhantes ao período vivenciado pelas mulheres desde a idade média, como afirmam Bianchini e Gomes (2015, pág. 04).

Os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres são acompanhados de códigos de conduta introjetados pela educação diferenciada que atribui o controle das circunstâncias ao homem, o qual as administra com a participação das mulheres, o que tem significado ditar-lhes rituais de entrega, contenção de vontades, recato sexual, vida voltada a questões meramente domésticas, priorização da maternidade. Resta tão desproporcional o equilíbrio de poder entre os sexos, que sobra uma aparência de que não há interdependência, mas hierarquia autoritária. Tal quadro cria condições para que o homem sinta-se (e reste) legitimado a fazer uso da violência, e permite compreender o que leva a mulher vítima da agressão a ficar muitas vezes inerte, e, mesmo quando toma algum tipo de atitude, acabe por se reconciliar com o companheiro agressor, após reiterados episódios de violência.

2.1 Sobre a violência doméstica e contra a mulher

A violência está presente nas diversas sociedades humanas, nas diferentes classes sociais e pode ser entendida como uma ação que visa destruir o outro causando danos de diferente natureza. A violência se manifesta de diversas formas e é apontada como elemento estrutural que participa da organização das sociedades e continua crescendo como mostram as estatísticas e os vários organismos internacionais que acompanham a temática (GOMES *et al.*, 2007).

A violência praticada contra a mulher compreende todo ato de violência de gênero que seja resultado de ação física, sexual ou psicológica. Entre as formas de violência efetivadas contra as mulheres, podemos verificar a violência doméstica. Um conceito de violência doméstica e familiar pode ser encontrado na Lei Maria da Penha (Lei N° 11.340/2006), em seu Art. 5°, ao afirmar que “configura violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. O mesmo Art. 5° em seus incisos explica que tal violência pode ocorrer na unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto (GOMES *et al.*, 2007).

A violência doméstica traz consequências muito graves para as vítimas, assim como para sociedade, pois ela atinge a família que deveria ser um núcleo ou espaço de harmonia, amor e compreensão. Sobre o espaço familiar Gomes *et al.* (2007, p.2) afirmam:

A ideia de família remete a um espaço de afetividade, harmonia e proteção de seus membros. Todavia, estudo mostra que homens que violentam suas companheiras sofreram violência desde a infância, presenciando a agressão entre os pais e, até mesmo sofrendo violência física, o que caracteriza a violência intergeracional.

A convivência em famílias onde há com frequência casos de violência vai interferir na construção de identidade do gênero masculino, que apresentam a tendência em reproduzir tal ação de cunho negativo em suas futuras relações sociais e familiares. É fundamental desta forma, a atuação do governo e sociedade para que se possam resgatar estas pessoas, combatendo efetivamente a violência doméstica ao bloquear o ciclo de violência que se instala (GOMES *et al.*, 2007).

2.2. Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha e Políticas Públicas Nacional de Enfrentamento a violência contra as mulheres

A Lei Maria da Penha (Lei N° 11.340/2006) também destaca o fato de que a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher é uma das formas de violar os direitos humanos. Entre as formas de violência doméstica e familiar, a referida lei menciona a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral. As políticas públicas de combate à violência doméstica foram instituídas através desta lei, e estabelece que sua execução se dará através de ações dos entes da federação, em conjunto com ações não governamentais. Mesmo diante desta lei e das políticas públicas, a violência doméstica continua atingindo de forma crescente muitas mulheres no país.

A violência doméstica é fruto, também, da fragilidade social, que pode ser causada por fatores como a naturalização dos papéis estereotipados de gênero, a pobreza e até mesmo o alcoolismo. Isso mostra que nas abordagens de gênero, os conceitos de violência familiar, na maioria das vezes estão diretamente ligados ao sexo masculino. Essas violências sofridas por mulheres, ao longo dos anos provocam graves complexos psicológicos. “A violência doméstica é concebida como todo tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço” (NARVAZ; KOLLER, 2006, v.37, p. 8).

Sobre como a violência prejudica os homens e as mulheres na sociedade de forma diferente BRASIL (2011, p.11) afirma:

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e familiares.

A violência não escolhe gênero, afeta homens e mulheres, porém a diferença se constitui nos locais onde cada gênero sofre tal prática, como relatado anteriormente. A violência contra a mulher, nas suas diferentes formas, é um fenômeno que atinge a mulher independente de classe social, origem, estado civil, etc. O Estado brasileiro diante deste cenário de violência contra a mulher deve adotar e efetivar políticas públicas com a finalidade de prevenir, garantir e assegurar a assistência necessária às mulheres que sofrem com as diversas formas de violência (BRASIL, 2011).

Apesar da importância que tem esta temática para a sociedade, já que afeta milhões de mulheres, os estudos sobre a violência doméstica são realizados por institutos não governamentais que possibilitam compreender a dimensão deste problema, não existindo estatísticas oficiais. A violência doméstica viola os direitos humanos, desta forma a sociedade e o Estado brasileiro devem atuar por meio de programas e políticas públicas para assegurar os direitos à vida, à saúde e à integridade física da mulher. Neste sentido, a Constituição de 1988 determina que o Estado brasileiro tenha a função de combater qualquer tipo de violência que seja praticada contra crianças, homens e mulheres (BRASIL, 2011).

Mesmo diante do cenário de falta de dados oficiais sobre a violência doméstica, é possível compreender que este problema é de grande gravidade e acarreta sérios danos para as mulheres atingidas, tanto psicológicos como físicos. Um mecanismo para o enfretamento da violência doméstica no Brasil foi a promulgação da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, já referida neste trabalho. Com esta Lei, foram definidos conceitos e tipos de violência, definidos os crimes, e estabelecidos os juizados especializados para julgar os casos de violência contra as mulheres, além de criar programas de proteção para as mulheres e seus dependentes.

A Lei Maria da Penha para resolver a carência de informações sobre a violência praticada contra a Mulher estabeleceu a criação de um sistema, para armazenar estes dados conforme afirma Brasil (2011, p.14):

No que tange à produção de dados, a Lei Maria da Penha prevê a criação de um Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ainda no que se refere às iniciativas do governo para a construção de estatísticas oficiais, há que se registrar duas importantes fontes: o sistema de notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher, sob responsabilidade do Ministério da Saúde; e o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal/SINESPJC (que inclui o Módulo Registro das Ocorrências; o Módulo Perfil das Instituições de Segurança Pública; a Pesquisa Nacional de Vitimização; o Fluxo do Sistema de Justiça Criminal), sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Ministério da Justiça.

Uma fonte de informação sobre a violência doméstica é a Central de atendimento à Mulher, que é o Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, esta central orienta as mulheres sobre seus direitos e os serviços disponíveis para o enfrentamento da violência doméstica. Este canal foi criado para possibilitar um levantamento e conhecimento sobre a violência doméstica, através de registros realizados, mesmo não sendo dados estatísticos representativos.

No país, em relação à geração destes dados estatísticos, que são fundamentais para o planejamento e criação de políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica, encontram-se relatos em Brasil (2011, p. 15):

Embora haja no Brasil poucos estudos nacionais sobre a magnitude da violência contra as mulheres, nota-se um crescente interesse pelo levantamento de dados que possam subsidiar as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da questão; assim como um comprometimento do Estado com o diagnóstico da violência contra as mulheres, que pode ser observado na Lei nº 10.778/2003 referente à notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher na saúde e na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que determina a criação do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A efetivação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres ocorreu em 2007, com o Pacto Nacional pelo enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que consistiu em uma integração entre governo municipal, estadual e federal com o objetivo de combater a violência praticada contra as mulheres. Desta maneira, o objetivo geral da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as

Mulheres é enfrentar todas as formas de violência contra elas, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno. Entre os objetivos específicos das políticas públicas está o de reduzir os índices de violência contra as mulheres e promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz (BRASIL, 2011).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres também estabelece ações prioritárias que devem ser implantadas para prevenção e combate a violência contra as mulheres. Entre as várias ações podemos mencionar a garantia da implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais, produzir e sistematizar as informações relativas à violência contra a mulher, capacitar as lideranças comunitárias e profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência social na temática da violência de gênero. Portanto, discutir esta temática é fundamental para difusão dos direitos humanos e garantir uma maior visibilidade as políticas públicas que visam à proteção da mulher frente à violência (BRASIL, 2011).

Em nossa sociedade, cada indivíduo tem seu papel predefinido. Nas escolas não é diferente. Elas exercem a função da transdisciplinaridade, seja social ou cultural, porém é na figura do professor que todos esses conceitos recaem, para serem avaliados e postos em prática na sala de aula. Nesse contexto, é salutar discutir nas escolas sobre violência doméstica e discriminação de gênero (MENEZES, 2013), trazendo para esse ambiente a Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 - Lei nº 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006, que ampara a mulher vítima de violência. Com essa lei, proporcionou-se um apoio significativo para as vítimas de violência doméstica, que eram subordinadas a um cenário de impunidade a margem da sociedade (BRASIL, 2006).

Assim, a Lei Maria da Penha representou uma verdadeira guinada na história da impunidade. Por meio dela, vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas; mulheres em situação de violência ganharam direito e proteção; fortaleceu-se a autonomia das mulheres (SPM, 2012, p. 07).

2.3. Parâmetros Curriculares Nacionais e os Temas Transversais

Vale também ressaltar a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são a referência básica para a elaboração das matrizes que norteiam o ensino

nacional. Nos mesmos, propõe-se ao ensino de biologia, uma ampliação do conhecimento, contribuindo para uma percepção da diversidade que abarca o processo histórico, social e cultural, mas singularizando a vida humana, com os demais seres vivos. Proporcionam-se espaços para se discutir nas aulas de biologia assuntos extracurriculares, de forma que os estudantes sejam estimulados a pensar e a compreender a essência dessas especificidades e relacioná-las com a natureza e suas transformações (MEC, 2016).

Diante dessa perspectiva é muito importante se trabalhar a transversalidade de temas sociais em sala de aula, principalmente temas como a violência doméstica, por ser tão presente no meio em que vivemos. Nesse contexto, a escola apresenta papel fundamental, podendo fomentar discussões dessa natureza, como forma de esclarecimento para que esses discentes possam identificar quando estão sendo vítimas e conhecer sobre seus direitos garantidos pela Lei nº 11340/06 Maria da Penha.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a opinião de professores de biologia de duas escolas públicas de Fortaleza-CE sobre a abordagem de temas transversais, principalmente a inclusão de discussões sobre violência doméstica em suas aulas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a opinião dos professores de biologia sobre a inclusão de discussões sobre violência doméstica nas aulas.
- Identificar as possíveis dificuldades dos professores de trabalhar a transversalidade em suas aulas de biologia, abordando questões que retratem a violência doméstica.
- Analisar o posicionamento dos professores diante de discussões dessa magnitude.
- Identificar como esse tema, na visão dos professores, pode ser inserido nos conteúdos de biologia, considerando a importância de problematizar a violência contra a mulher dentro do contexto biológico.

4. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com a observância da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Conep). Para tanto, o trabalho foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – da UFC e aprovado para execução (número de parecer 1.887.462, janeiro de 2017) (Anexo).

4.1. Elaboração do instrumento da pesquisa

Foram elaborados o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE- Apêndice A) e um questionário semiestruturado (Apêndice B).

O questionário possui 09 questões (05 subjetivas, 01 objetiva e 03 mistas) e foi aplicado após apreciação do projeto pelo CEP em janeiro de 2017. O mesmo foi inicialmente aplicado para um grupo piloto, que foi composto por estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e que são bolsistas do PIBID – Biologia – UFC. Esse grupo foi escolhido por ter vivência no dia-a-dia das escolas públicas e com isso poderia sugerir mudanças ou ver a viabilidade desses questionários, como tempo de aplicação etc. Após esse pré-teste, as sugestões de mudanças e pequenas correções foram analisadas e quando possível foram acatadas. Não houve grandes alterações e após isso, os questionários foram aplicados nas escolas, durante a primeira semana de fevereiro.

4.2. Participantes e local da pesquisa

As escolas escolhidas foram as duas Escolas de Ensino Médio, sendo uma no Conjunto Ceará (E1) e a outra em Messejana (E2). A escolha dessas escolas deu-se principalmente por causa da atuação do PIBID – Biologia, facilitando assim a concretização da pesquisa, sem maiores dificuldades para as autorizações. Na E1, a pesquisa foi realizada com 03 professores e na E2, com 04. Todos os professores que participaram da pesquisa, ou seja, da resolução do questionário foram esclarecidos sobre a importância da mesma e aqueles que aceitaram participar assinaram o TCLE (Apêndice A).

4.3. Coleta de dados

Os questionários foram aplicados de maneira presencial, descartando a utilização de questionários online. Os sujeitos da pesquisa foram 03 professores que trabalham na Escola de Ensino Médio no bairro do Conjunto Ceará (E1) foram denominados ao longo da pesquisa como *Professores A, B ou C* e 04 professores que trabalham na Escola de Ensino Médio de Messejana (E2) foram denominados ao longo da pesquisa como *Professores W, X, Y ou Z*. Os professores são os que compõem o quadro de efetivos de Biologia nas duas escolas e foram abordados nos dias de planejamento escolar. Essa data foi escolhida estrategicamente, pois nestes dias todos os professores de ciências da natureza (Biologia) estavam em suas respectivas escolas. Todos foram informados do tipo de pesquisa, como deveriam preencher o TCLE e ainda, a disponibilidade da autora para responder qualquer dúvida que possivelmente surgisse.

Os dados coletados mediante o preenchimento dos questionários semiestruturado aplicados forneceram informações gerais como: Idade, sexo biológico, formação profissional e área de atuação, etc. Também havia um número maior de perguntas específicas sobre a temática de violência doméstica. Após coletados, os dados foram analisados e plotados em termos de porcentagens (%) em tabelas e gráficos.

Em relação ao perfil dos participantes, a pesquisa foi realizada com 07 (sete) professores pertencentes à rede estadual de ensino. Os dados referentes ao perfil dos participantes podem ser encontrados na **Tabela 1**, em que se constata que dos 07 (sete) participantes, seis são do sexo masculino e 01 (um) participante é do sexo feminino. A média de idade obtida dos participantes foi de 38,86, variando entre 27 e 45 anos. Em relação à formação profissional, de todos os participantes, 06 (seis) responderam possuir Licenciatura em Ciências Biológicas e 01 (um) Engenharia de Segurança do Trabalho. A área de atuação de todos os participantes é a educação básica. Observa-se uma grande homogeneidade em relação à média de idade, área de atuação e formação profissional.

Tabela 1. Perfil dos candidatos entrevistados

Sexo Biológico	Número de Participantes	Área de Atuação	Formação Profissional	Média de Idade (anos)
Masculino	06	Professor	Lic. Ciências Biológicas e Eng. De Segurança do Trabalho	38,67
Feminino	01	Professor	Lic. Ciências Biológicas	40,00

Fonte: Autoria própria (2017).

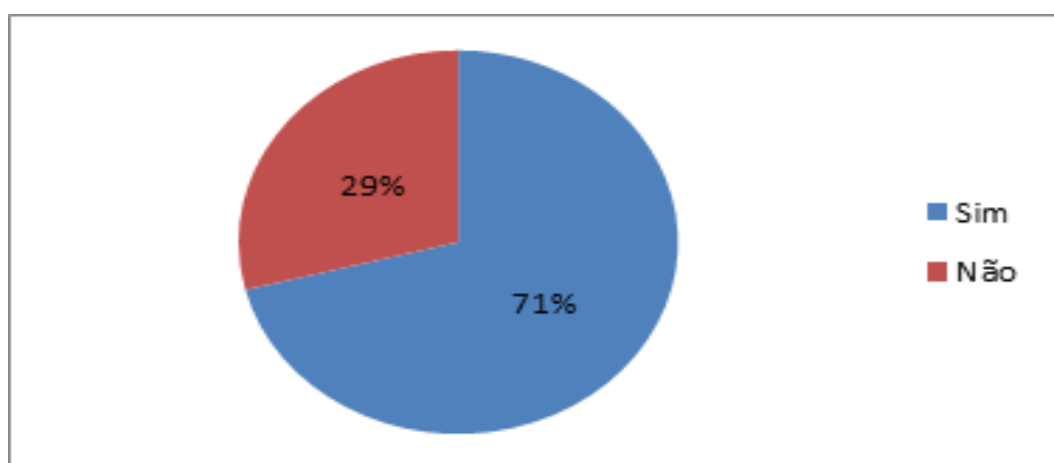
4.4. Metodologia de análise

O trabalho seguiu a metodologia adotada por Lima (2008), em seu trabalho sobre a mesma temática, com algumas modificações necessárias à adequação da presente pesquisa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros e publicações que abordam o problema deste trabalho, para se tentar compreender os discursos referentes a essa temática que se mostra tão relevante e atual. Adotou-se também como fundamentação teórica, Krasilchik (2004), em que a autora pontua a prática de muitos educadores admitirem que, a biologia desempenha importantes funções no currículo, que inclui a resolução de problemas que vai além da preservação do ambiente, mas casos de violência e análise de implicações sociais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à formação prévia para trabalhar a temática, foi feita a seguinte pergunta “**A sua formação profissional oferece suporte para trabalhar em sala de aula com temáticas sociais, dentro dos temas transversais? Justifique**”. Para a maioria dos participantes (71%; 5 de 7 professores) não há a preparação durante sua formação profissional que os auxilie a trabalhar temáticas sociais, já para 29% (2 de 7 professores) dos professores, os mesmos receberam suporte em sua formação profissional e se sentem confortáveis para tratar dos temas transversais (**Gráfico 01**). As justificativas apresentadas em relação à resposta “não” foram: a formação acadêmica é bastante engessada, afastando o professor de outras áreas do lazer, [...]; Em contrapartida nas respostas dos que marcaram “sim” foram citadas as seguintes justificativas: algumas disciplinas na faculdade e a troca de experiências com os colegas de profissão têm favorecido na contextualização do conteúdo de biologia com os temas transversais. Chama-se atenção para a necessidade de abordar a temática violência doméstica em sala de aula que é fundamental. Segundo PÍNEA *et al.* (2011, p. 100), “há sim uma influência significativa no processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes que sofrem de violência doméstica e para cada tipo de violência sofrida existe um comprometimento diferenciado.” Portanto, os professores precisam estar preparados para fazer debates em suas aulas com o intuito de orientar seus alunos em relação a tal temática.

Gráfico 1- Respostas dos participantes em relação à pergunta 01. **A sua formação profissional oferece suporte para trabalhar em sala de aula com temáticas sociais, dentro dos temas transversais?**

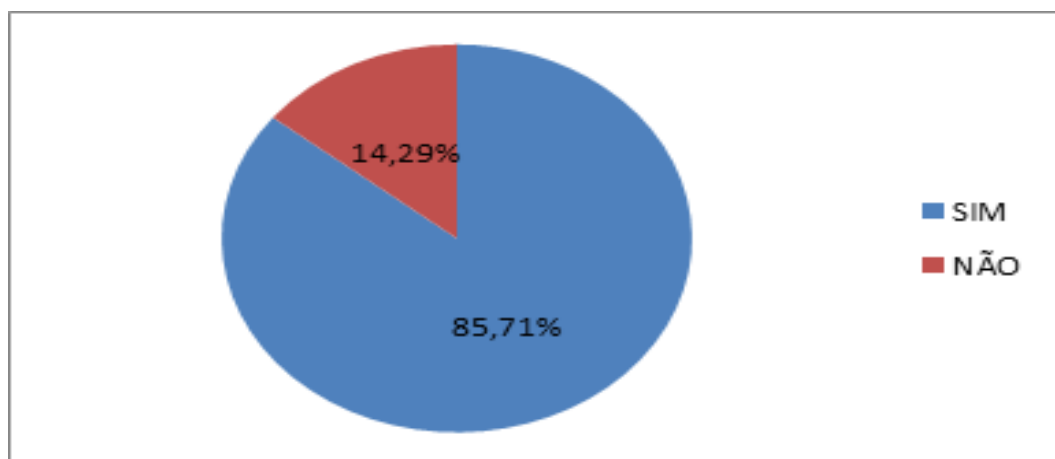


Fonte: Autoria própria (2017).

Segundo Siqueira, Alves e Leão (2012), a violência doméstica por ser um problema social frequente na sociedade atual necessita de programas que visem sua identificação, combate e prevenção. É fundamental a implantação destes programas para que as crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento não tenham seus direitos lesados.

Sobre a percepção dos professores em relação à abordagem do tema nas aulas de Biologia, à questão “**Você acha que a violência doméstica deveria ser abordada nas aulas de biologia? Por quê?**”. A maioria dos entrevistados (85,71%, 6 de 7 professores) respondeu que sim, enquanto 14,29% (1 de 7 professores) responderam que não (**Gráfico 02**). Os professores que responderam sim destacaram que a violência doméstica é um tema relevante, sendo uma questão de cidadania e de saúde pública, e, portanto, deveria ser abordado nas aulas de biologia. De acordo com ELSEN *et al.* (2001 *apud* BALLONI e ORTOLANI 2006). A violência doméstica é um fenômeno que atinge varias dimensões sociais e culturais. Mas ao estudar esse fenômeno, torna-se relevante sobre alguns aspectos, dentre eles o sofrimento causado nas vítimas que na maioria das vezes são silenciadas por medo de seus agressores, o abuso sexual pode interferir diretamente no desenvolvimento físico e mental.

Gráfico 2 – Respostas dos participantes em relação à pergunta 02. **Você acha que a violência doméstica deveria ser abordada nas aulas de biologia?**



Fonte: Autoria própria (2017).

Apenas, dois dos professores entrevistados afirmaram que esta temática poderia ser trabalhada junto com o sistema nervoso, relatando os aspectos fisiológicos. O ensino de ciências de maneira geral pode ser contextualizado de acordo com a condição atual da escola, mas levando em consideração as opiniões do educando e do educador em um plano de ações concretas, sendo a maneira mais rápida e prática de se construir um

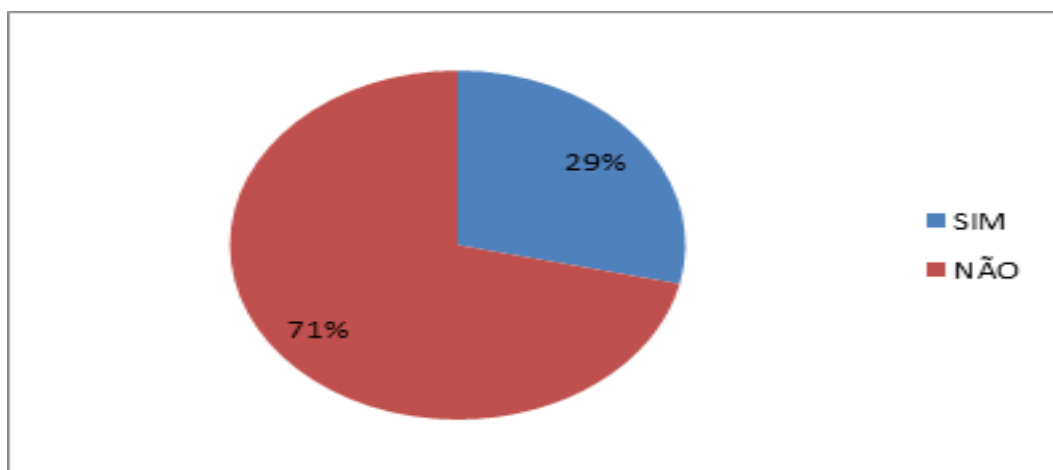
aperfeiçoamento da educação (KRASILCHIK, 1992). A autora salienta que a escola não é apenas um espaço de reprodução do conhecimento, mas um local de formação cidadã. Portanto, a discussão dessa temática deveria ocorrer em todas as disciplinas do currículo escolar. Duarte e Diniz (2003) investigaram propostas metodológicas para o ensino de reprodução e discutiram diversos textos extraídos da internet com temática transversal, como a violência sexual. Esses autores consideraram que a proposta metodológica usada foi efetiva para discussão de temas atuais e polêmicos do cotidiano dos alunos.

A justificativa dos professores que marcaram “não” foi baseada no fato dos mesmos afirmarem que a disciplina de biologia é muito conteudista. De acordo com *professor A* “se tem pouco tempo e muita matéria, e tais temáticas podem ser discutidas em outros espaços mais favoráveis”.

Mediante a realidade de muitas famílias que sofrem com as consequências da violência doméstica, e levando em consideração que mulheres, crianças e adolescentes constituem o grupo de maior vulnerabilidade, a escola torna-se um agente disseminador por meio de seus docentes, que tem o papel junto aos discentes de promover a discussão sobre temáticas sociais como a que está sendo abordada neste trabalho com o intuito de esclarecer e apontar as medidas legais que podem ser adotadas nestes casos.

Havia interesse em sabermos se o tema já havia sido tratado em sala e para tanto, fez-se a seguinte pergunta **“Você já realizou alguma aula abordando o tema violência doméstica? Se sim, relate como foi essa experiência, e o que acrescentou em sua vida pessoal e profissional?”**. Do total dos professores investigados, 71% (5 de 7 professores) responderam que “não” e apenas 29% (2 de 7 professores) responderam que “sim” (**Gráfico 03**). Em relação ao segundo questionamento da pergunta três dos participantes destacaram que “talvez houvesse ganho para os alunos, mas não para a profissão docente”. Essa afirmativa é contraditória, pois ambos os lados podem sair “ganhando”, tendo em vista que, o docente terá mais sensibilidade para reconhecer no comportamento do discente se ele está sendo vítima de violência doméstica e maiores ganhos em sua sala de aula. WEBER *et al.* (2002) afirmam que crianças e adolescentes vítimas de maus tratos demonstram comportamentos diferenciados, essa variação comportamental ocorre de acordo com a violência sofrida.

Gráfico 3 – Resposta dos participantes em relação à pergunta 03. **Você já realizou alguma aula abordando o tema violência doméstica?**

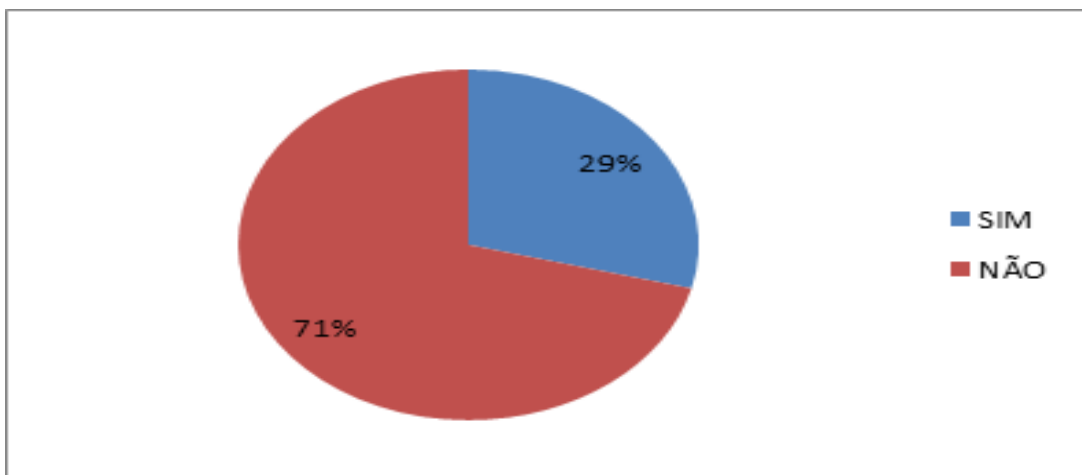


Fonte: Autoria própria (2017).

Chamou atenção, alguns relatos de violência em sala de aula que foram feitos e que o professor mostrou para a turma a importância de respeitar o próximo. Em um momento posterior a aplicação dos questionários, conversando informalmente com o *professor X* de uma das escolas, o mesmo relatou que, após uma aula sobre grupos sanguíneos – negação de paternidade e testes de DNA, os discentes colocaram em pauta a temática: relacionamentos familiares e violência familiar, na qual os estudantes falaram abertamente sobre suas experiências, mas sempre citando terceiros como autores da ação (relacionamentos familiares e as violências sofridas). No entanto, não ficou claro, frente aos fatos expostos se a maior ocorrência das vítimas eram homens ou mulheres. O *professor X* concluiu que tanto meninas como meninos adolescentes são suscetíveis a serem vítimas de violência doméstica.

A fim de discutir sobre possíveis dificuldades de trabalhar o tema, os professores foram questionados **“Você tem alguma dificuldade em abordar em suas aulas temas como esse? Se sim, qual a maior dessas dificuldades?”**. Para 71% (5 de 7 professores) não há dificuldades em abordar esta temática em sala de aula, enquanto 29% (2 de 7 professores) responderam que apresentam dificuldades em abordar determinados temas. O *Professor B* escreveu que, tinha dificuldades em abordar temas sociais, e destacou que atualmente a sociedade é machista, e que problemas desta natureza não são levados em consideração (**Gráfico 04**).

Gráfico 4 – Respostas dos participantes em relação à pergunta 04. **Você tem alguma dificuldade em abordar em suas aulas temas como esse?**



Fonte: Autoria própria (2017).

Vale destacar que os mesmos professores que afirmam não ter dificuldade de tratar sobre o tema responderam na questão 01 não ter tido nenhuma preparação dentro de sua formação com a finalidade de trabalhar temáticas sociais, como violência doméstica. O educador precisa estar preparado para problematizar situações semelhantes a esta e apresentar segurança e competência para discutir sobre a temática, FREIRE (2015, p. 89-90) afirma que:

A segurança com autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isso significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

Com relação à pergunta **“Você considera importante discutir essa temática durante a aula? Por quê?”**. A resposta foi unânime, 100% responderam que sim, consideram importante abordar este tema em suas aulas, sendo a primeira pergunta que todos escolheram a mesma resposta, e reflete um pouco a postura dos professores entrevistados em relação à violência doméstica. Nesse contexto, merece destacar a relevância do tema e o papel fundamental da escola em possibilitar espaço para as discussões. Os PCN proporcionam espaços para se discutir nas aulas de biologia

assuntos extracurriculares, com isso possibilitando que os estudantes sejam instigados a pensar e a compreender a essência das diferentes especificidades (MEC, 2016).

Em uma direção contrária a discussão de temas sociais, está em tramitação no Senado Federal o projeto de lei n 193, de 2016, do senador Magno Malta que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Em seu Art. 2 no seu parágrafo único estabelece.

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos, nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (BRASIL, 2016, p. 1-2).

Esta lei desta forma limita estas discussões em sala de aula, espaço que deveria ser aberto ao debate de questões da realidade social do estudante, possibilitando uma maior compreensão do mundo (BRASIL, 2016).

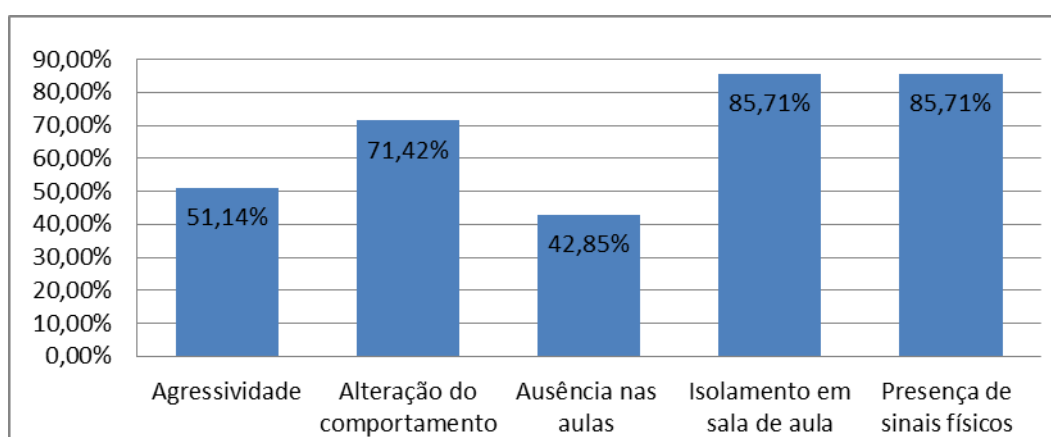
Os professores que participaram da pesquisa consideraram importante abordar essa temática, pois conforme afirmaram: a escola é um espaço de formação do cidadão, e um problema presente na vida dos estudantes; a violência doméstica vem fazendo parte do cotidiano dos discentes, a aula não se resume a conteúdo, o conhecimento dos direitos é fundamental para busca de uma sociedade mais justa e igualitária, abordar este tema pode evitar uma tragédia em virtude da sua relevância. Destaca-se ainda o fato de que embora a família seja a instituição mais importante na proteção da criança e do adolescente, a sociedade e o estado que é representado por inúmeras instituições, incluindo a escola, sendo esta que, garantirá os direitos legais da criança e do adolescente estabelecido na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 (ASSIS; CONSTATINO; AVANCI, 2010).

MENEZES *et al.* (2010, p. 419) afirmam que: “A violência de gênero ocorre em vários países e atinge uma parcela significativa da população feminina”. A violência contra a mulher do ponto de vista biológico se constitui nas relações familiares entre homens e mulheres. Porém, é na construção social dos gêneros masculino e do feminino que torna a mulher mais vulnerável e vítimas de abusos (físicos, emocionais e sexuais).

Em relação à pergunta: **“Quais dos sinais, você reconheceria como indicativo de violência doméstica?”**. Para responder a essas questões, os professores poderiam escolher mais de uma opção. Justificada através da convivência diária, professor e aluno, o que torna visível para os docente é: presença de sinais físicos (85,71%),

Isolamento em sala de aula (85,71%), mudanças de comportamento (71,42%), agressividade (57,14%) e ausência nas aulas (42,85%) (**Gráfico 05**). Observa-se que nenhuma das opções foi marcada por todos os professores, uma vez que nenhum dos 05 itens atingiu 100%. Todas essas opções são importantes marcadores que alertam sobre possíveis vítimas de violências, com isso, vemos a importância de se trabalhar à transversalidade dessa temática, tendo vista, que esse é um problema vivenciado no dia a dia de muitas famílias cearense.

Gráfico 5 - Respostas dos participantes em relação à pergunta 06. **Quais dos sinais, você reconheceria como indicativo de violência doméstica?**



Fonte: Autoria própria (2017).

Muitos alunos que sofrem violência em suas famílias apresentam alguns comportamentos que podem ser verificados em sala de aula como atitudes agressivas em relação a seus colegas, professores e direção escolar. Comportamentos agressivos dos alunos são identificados em escolas públicas e privadas de todo país (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010).

Assis, Constantino e Avanci (2010) relatam ainda que a violência sofrida pelos alunos em sua realidade social se manifesta na escola de maneira diversa, por meio de comportamentos e atitudes que sugerem a existência da violência doméstica e familiar. A violência física é uma forma de violência facilmente identificada nos alunos, já a violência psicológica apesar de seu difícil diagnóstico é a que causa os mais sérios prejuízos no indivíduo. Outros sinais que podem indicar que o aluno vive em situações de violência são: timidez, isolamento, tristeza, dificuldade de concentração, mudanças de humor, ausentar-se da aula, desrespeito a regras, dentre outros.

Comportamentos agressivos na escola são reflexos da violência familiar sofrida por esses discentes.

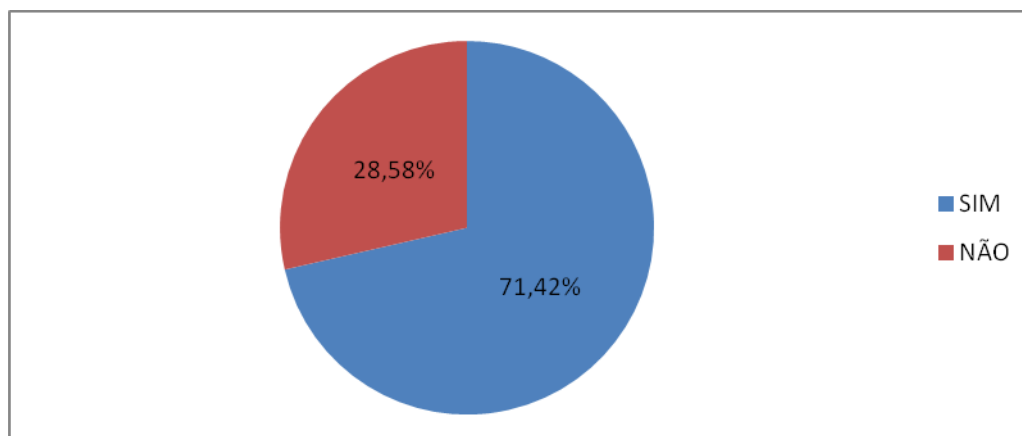
A violência dos estudantes se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações na parede, xingamentos e agressões físicas a professores, indisciplinas no recreio e roubos no ambiente escolar. (Assis; Constantino; Avanci, 2010, p. 146).

Estudo sobre a violência familiar realizado com alunos da escola pública do estado do Rio de Janeiro mostrou que mais de 75% dos alunos sofrem violência física e psicológica. Desta forma, os professores, ao passarem grande parte do tempo junto aos alunos, podem perceber os sinais da violência doméstica, atuar por meio de programas de prevenção da violência na escola e estabelecer parcerias com o conselho tutelar do município com a finalidade de encaminhar os discentes vítimas da violência (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010).

Nos adolescentes, a violência pode causar uma baixa auto-estima, depressão e agressividade (SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012). Já nas vítimas de violência sexual, os sinais físicos são mais frequentes como hematomas, lesões e o desenvolvimento de doenças sexualmente transmissíveis. Na pergunta a seguir, os participantes foram questionados em relação à vivência com a violência doméstica: **“Ao longo dos bimestres, o professor passa a ter uma convivência maior com os estudantes, sendo possível identificar os discentes que são vítimas de violência doméstica. Você já teve alguma experiência desse tipo? Relate.”** A maioria dos professores respondeu que sim, em torno de 71,42% (5 de 7 professores) e 28,58% (2 de 7 professores) disseram que não (**Gráfico 06**). Porém, o que chamou atenção nas respostas a essa pergunta foram os relatos de alguns professores já citados ao longo desse trabalho, mas algumas narrações foram muito fortes, bem como, *Professor X* disse que: __ *“Uma aluna estava com um hematoma no rosto e por isso não compareceu na avaliação bimestral; Um outro caso, foi uma aluna ter cortado o cabelo após ter sido estuprada pelo padrasto”*.

Professor B __ *“Aconteceu no ensino fundamental, uma garota sempre ficava depois da aula e dizia que só queria ir pra casa quando a mãe que era doméstica estivesse em casa. A escola investigou e descobriu que se tratava de abuso sexual pelo padrasto que acabou sendo preso”*.

Gráfico 6 – Respostas dos participantes em relação à pergunta 07. **Ao longo dos bimestres, o professor passa a ter uma convivência maior com os estudantes, sendo possível identificar os discentes que são vítimas de violência doméstica. Você já teve alguma experiência desse tipo?**



Fonte: A autoria própria, 2017.

Depoimentos como: agressão física devido à influência do alcoolismo (Pai alcoólatra), o mais impressionante são relatos dos casos de abuso sexual sofridos por meninas, que procuram na escola um refúgio como mecanismos de proteção.

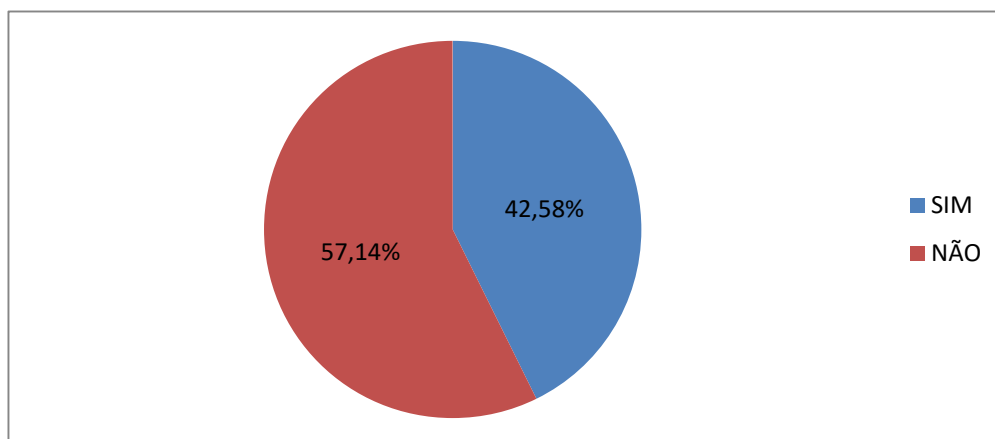
Apesar da instituição escolar não estar preparada para o enfrentamento da violência doméstica é necessário que a escola estabeleça parcerias com outras instituições da sociedade com a finalidade de resolver esta situação, pois a violência doméstica se manifesta dentro da escola prejudicando o processo de aprendizagem. Para Assis, Constantino e Avanci (2010) embora a violência que acontece na comunidade e dentro no núcleo familiar seja detectada e existam ações para combater, mesmo assim, a mesma continua influenciando no desempenho dos alunos nas escolas, estas não estão obtendo bons resultados na sua atuação de combate as dificuldades apresentadas pelos discentes.

Barreto (1992) ao refletir sobre esta situação destaca que a grande violência no país e a crise que sofre a educação ao não garantir o acesso ao jovem a uma educação básica de qualidade são processos interligados, o que dificulta sua solução por serem entendidos como fatos separados. Desta forma, a escola precisa estar preparada para o enfrentamento da violência doméstica contribuindo para a diminuição da violência na sociedade, já que ambas fazem parte de um ciclo vicioso, onde o crescimento da crise na educação colabora para aumentar a violência no país, e uma vez a violência atingindo altos índices gera um agravamento no desenvolvimento educacional.

Assis, Constantino e Avanci (2010, p.166) destacam que “É preciso que a equipe escolar tenha consciência de que sempre poderá ajudar diante da suspeita ou de caso confirmado de maus-tratos contra uma criança ou um adolescente”.

Em relação à pergunta "**Você tem conhecimento da existência de algum serviço na escola voltado para identificar alunos que sofreram com a violência doméstica? Você considera importante existir um serviço com esta finalidade?**". Como apresentado no Gráfico 07, 42,58% (3 de 7 professores) disseram Sim, que conhecem esse serviço e sua eficiência, 57,14% (4 de 7 professores), não conhecem a existência do serviço, mas considera importante para escola (**gráfico 07**). Os professores participantes reconhecem a importância de se ter um serviço especializado na escola que trabalhe com essas temáticas, dando assistência e apoio aos estudantes que são vítimas de violência doméstica.

Gráfico 7 – Respostas dos participantes em relação à pergunta 08. **Você tem conhecimento da existência de algum serviço na escola voltado para identificar alunos que sofreram com a violência doméstica? Você considera importante existir um serviço com esta finalidade?**



Fonte: Autoria própria (2017).

Esses resultados nos levaram a acreditar na existência de um serviço na escola que atendesse a demanda de casos decorrentes da violência doméstica. No entanto, as duas escolas, em que a pesquisa foi realizada, não possuem nenhum espaço físico e nenhum núcleo de assistência social. Não há orientadores pedagógicos e psicólogos. Por serem estaduais, elas recebem orientações da Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC, para encaminhar os estudantes que são vítimas de violência doméstica para o Conselho Tutelar e a escola deve tentar investigar quem são os possíveis agressores para

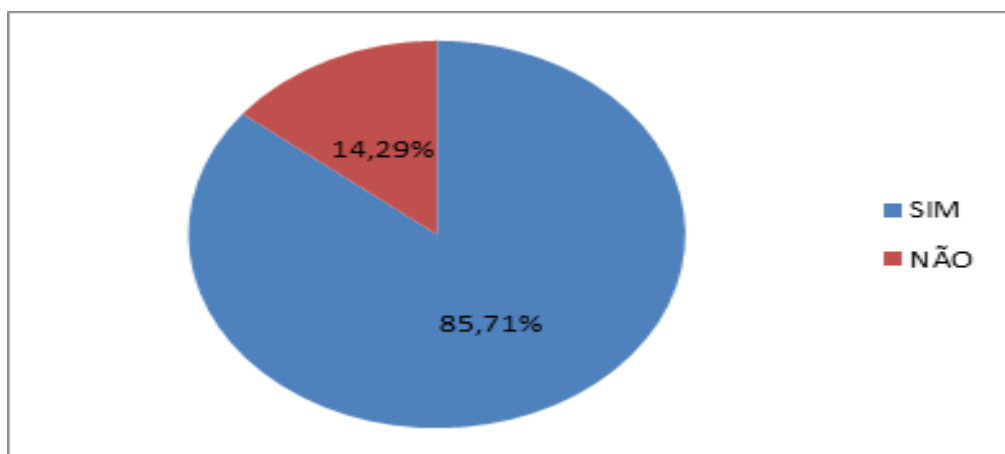
tomar medidas cabíveis. Caso o estudante seja menor de 18 anos, a escola deve entrar em contato com os familiares (que não seja o agressor), para que a vítima seja encaminhada para o Conselho Tutelar. Mas de acordo com a coordenação de ambas as escolas, elas possuem o apoio dos professores que são diretores de turmas - PDTs e normalmente as vítimas pedem ajuda para esses professores, pois eles têm uma aproximação maior com a turma, ou na maioria das vezes são esses docentes que identificam os possíveis casos. Portanto frente às situações de violência domésticas, os professores nessas escolas são instruídos a levar a problemática para a coordenação da escola. No caso de E2, foi relatada ainda a opção da escola prestar assistência ao aluno através do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado – NAPE que fica na Escola Paulo Benevides, que é um núcleo de assistência independente que atende todas as escolas de Messejana. O NAPE conta com uma equipe de Assistente social, Orientador Educacional, Psicólogos e Pedagogos.

Essa falta de assistência na própria escola é algo que deve ser revisto, pois a presença dessas assistências nas escolas é de suma importância. A escola como instituição da sociedade e representante do Estado deve garantir os direitos da criança e do adolescente, sendo parte essencial na superação da violência familiar e doméstica (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010). Esses autores chamam atenção para o fato de que ao realizar esta tarefa, a escola estará obedecendo ao estabelecido na Constituição Federal 1988 que em seu artigo 227 determina ser dever de todos resguardar de forma prioritária as crianças e adolescentes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Também relatam sobre o papel dos docentes que ao identificarem alunos vítimas de violência devem estimulá-los a expressar o que sofrem em suas vidas. Ademais, a escola precisa criar espaços de acolhimento e proteção às vítimas da violência doméstica, acompanhando os casos visando propiciar o auxílio necessário. Portanto, a escola tem a função de assegurar os direitos declarados legalmente na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/90).

Com relação à questão 09 **“Acredita que a Lei nº 11. 340/06 (Lei Maria da Penha) possa contribuir para mudanças de comportamento de homens agressivos? Justifique”**. A maioria (85,71%- 6 de 7 professores) respondeu que sim, e 14,29% (1 de 7 professores) responderam que não (**Gráfico 08**). Esta última pergunta do questionário

teve o objetivo de entender os efeitos da lei sobre a temática. As justificativas para o “sim” foram: “é fundamental informação para que as mulheres possam reivindicar por seus direitos” (professores B), “a lei através de suas punições pode causar temor na maioria dos agressores” (professor A e X), “a lei gerou impactos positivos, porém os resultados ainda são pequenos, se constitui em mecanismo de repreensão, inibem os agressores, a lei ao punir pode evitar a impunidade” (Professor Y). O “não” foi justificado, ao afirmarem que “a lei pode punir, porém a violência é algo inato ao homem” (Professor C).

Gráfico 8 – Resposta dos participantes em relação à pergunta 09. *Acredita que a Lei n° 11. 340/06 (Lei Maria da Penha) possa contribuir para mudanças de comportamento de homens agressivos?*



Fonte: Autoria própria (2017).

A Lei Maria da Penha (Lei n°11.340/2006) teve o objetivo primordial de definir a violência doméstica e familiar como formas de violação dos direitos humanos das mulheres e assegurar mecanismos jurídicos padronizados para as pessoas que sofrem com esse tipo de violência. Considerada uma das mais modernas legislações do mundo na proteção dos direitos das mulheres, esta Lei não busca apenas punir os agressores, mas promover transformações nos valores sociais que na maioria das vezes adota a violência como algo natural. Desta maneira, a Lei Maria da Penha é fundamental, pois almeja mudança cultural, política e social da sociedade em relação à postura que até pouco tempo era adotada em relação à violência doméstica e familiar praticada contra a mulher (CORTÊS; MATOS, 2009). Os mesmos autores mostram ainda a importância desta Lei ao estabelecer a possibilidade de punir agressor, seu afastamento do ambiente familiar e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de determinar atendimento multidisciplinar, assim como ações de prevenção, proteção e assistência à mulher vítima de violência.

Para Brasil (2012, p.7) “a lei cria meios de atendimento humanizado às mulheres, agrega valores de direitos humanos à política pública e contribui para educar toda a sociedade.” A lei Maria da Penha representou um avanço histórico na punição dos agressores. Através desta Lei muitas vidas foram salvas, mulheres tiveram seus direitos preservados e foram protegidas por meio da legislação, assegurando-lhes em situação de violência, obtendo lhes direito a vida e a liberdade.

Outro avanço em relação ao direito das mulheres ocorreu quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a desigualdade existente entre pessoas de sexos diferentes, e estabeleceu que a prática de violência doméstica contra as mulheres leve o agressor a responder a processo criminal, mesmo sem a permissão da vítima (BRASIL, 2012). No entanto, a Lei Maria da Penha deverá ainda passar por muitas modificações com o intuito de efetivar a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Outro aspecto que merece destaque em relação aos direitos da mulher é apresentado por São Paulo (2007) ao afirmar que o Estado brasileiro por ser signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher possui o dever de prestar assistência as mulheres que sofrem com a violência assegurando a efetivação de seus direitos humanos, estando o Estado passível de ser punido por não cumprimento deste dever.

Diante de todos os relatos, percebe-se um cenário de vulnerabilidade que envolve as relações dessas escolas com o tema violência doméstica. Essa pesquisa permitiu um envolvimento maior da autora com os professores e coordenadores das escolas pesquisadas. Foi possível perceber que apesar dos professores relatarem que se sentem à vontade em trabalhar o tema, a escola de uma maneira geral, não está preparada para enfrentar a temática, inclusive foi percebida a falta de suporte dada pelo Estado, esse fato está em desacordo com o que garante a constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Como destacam Costa *et al.* (2009), a temática violência doméstica pode ser discutida nas aulas de biologia, tanto no campo da sexualidade, como da educação sexual. Esses autores ressaltam a importância dessas discussões, constituindo um importante espaço para a efetivação de propostas concretas com as quais possam ser minimizados ou combatidos o preconceito, a discriminação e a violência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da relevância do tema e do mesmo poder ser discutido nas aulas de biologia, a realização desse trabalho permitiu verificar as dificuldades que os professores de biologia enfrentam para trabalhar a violência doméstica e os temas transversais em suas aulas. É importante ressaltar que a deficiência na formação docente foi indicada como justificativa pelos professores, mas apesar da existência dessa lacuna na formação, não se pode fazer uma relação direta, pois enquanto uns professores relataram maior dificuldade de trabalhar temas como a violência doméstica, associando com a ausência de subsídios em sua formação, outros afirmaram trabalhar temas transversais sem nenhuma dificuldade nas aulas de Biologia, mesmo não tendo tido formação para tal.

Enfatizamos ainda que as dificuldades relacionadas à formação deficitária dos professores de biologia e as experiências ao longo da carreira docente não devem ser usados como justificativa para não se inserir um tema tão relevante nas aulas. As discussões com temáticas de tamanha relevância no cotidiano dos alunos apresentam-se extremamente importantes e são ainda mais necessárias quando se encontram relatos de casos de violência doméstica, como o que nos foi relatado por professores de ambas as escolas. No entanto, ainda mais preocupante foi o despreparo percebido pelo pesquisador em relação à maneira como a escola lida com essas problemáticas.

Fica bastante visível a necessidade de refletir e repensar a prática da formação docente de forma a contribuir para maior embasamento dos docentes para que nós estejamos preparados para trabalhar e discutir temas como a violência doméstica em nossas aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Josivana Quintes.

Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. Editora FIOCRUZ, 2010.

BALLONI, G. J.; ORTOLANI, I. V. (2006). **Violência doméstica.** Recuperado em 23 set. 2008, em www.psiqweb.med.br

BARRETO, Vicente; P AIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba (organizadora). **VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO.** São Paulo: Livros Tatu / Cortez, 1992.

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Feminicídio entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015.** Disponível em:

<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015?ref=news_feed> . Acesso em: 06 de junho de 2017.

BRASIL. Lei 11. 340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.** Coibir a violência domestica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, 2006.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n 193, de 2016. Programa Escola sem Partido. **Congresso Nacional.** Poder legislativo, Brasília, DF, em Tramitação. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** – Lei nº 11. 340/2006 Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para Mulheres Presidência da República. Brasília, 2012.

CORTÊS, Láris Ramalho; MATOS, Myllena Calasans. **LEI MARIA DA PENHA: do papel para a vida.** 2ª edição. Brasília, 2009.

COSTA, Ana Paula; SCALIA, Anne Caroline Mariank; BEDIN, Regina Celia; SANTOS, Shirley Romera dos. **Sexualidade, gênero e educação: novos olhares.** Revista Ibero-Americana de estudos em Educação, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2009.

DUARTE, Cristiane Regina do Amaral; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. **Ensino de biologia: investigando uma proposta metodológica para o tema reprodução.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. 2002, p. 1-8.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 51ª ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2015.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias de gênero e geração**. Acta Poul Enferm 2007; 20(4): 504 – 8.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 11. out. 2016.

KRASILCHK, Myriam. **Práticas de Ensino de Biologia**. - 4ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **CAMINHOS DO ENSINO DE CIÊNCIA NO BRASIL**. Em Aberto, Brasília, ano 11, nº 55, jul./set. 1992

LIMA, Sheila Santos Ramos. **A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: Um Estudo de Histórias de Vida no SERAV / TJDF**. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2008.

LYRA, GFD., CONSTANTINO, P., and FERREIRA, AL. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores** [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 147-175. ISBN 978-85-7541-330-2. Available from SciELO Books . Disponível em: < <http://books.scielo.org>>.

MEC. Ministério da Educação. **Bases Comum Curricular**. Brasília, Brasil, 2016.

MENEZES, Meiryelle Paixão. **A Discriminação de Gênero na Escola**. Revista Fórum Identidades, ITABAIANA: GEPIADDE, ano 07, v.13, jan./jun. 2013, ISSN: 1982-3916

MENEZESS, Jackeline Pestana *et al.* **PERFFIL SSÓCIO-DEMOGRAFICO DE MULHERERS QUE SOFRERAM COM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO: SUBSÍDIOS PARA ENFERMAGEM**. **Revista de Pesquisa: Cuidados é Fundamental Online**, [S.I.], nov. 2010. ISSN 2175-5361. Disponível em: < http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/963/pdf_165>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser mulher na Idade Media**. Textos de história, v.5, nº 1. Brasília, 1997, pp. 82-91.

NARVAZ, Martha Giudice & KOLLER, Silvia Helena. **Mulher Vítimas de Violência Doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v.37, n 1, pp. 7 – 13, jan. / abr. 2006.

PÍNEIA, Ana Carolina Freitas *et al.* **Conhecendo do educador sobre o seu papel perante a criança que sofre de violência doméstica**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7. 2011. Londrina. Anais Londrina: UEL, 2011. P 2352 – 2360. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/220-2011.pdf>>. Acesso em 05. Maio. 2017.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da saúde. **Mulheres em situação de violência doméstica e sexual: orientações gerais.** Coordenação de Desenvolvimento de Programas de Políticas de Saúde – CODEPPS. São Paulo: SMS, 2017.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cássia Ferrazza; LEÃO, Flavia Elso.

Enfrentando a violência: a percepção de profissionais da educação sobre a violação dos direitos de crianças e adolescentes. *EDUCAÇÃO*, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 365-380, maio-ago. 2012.

SPM. Secretaria de Políticas para Mulheres Presidência da República. **Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar.** Brasília, DF, 2012.

Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM-publicacao-Lei-Maria-da-Penha-edicao-2012.pdf>. Acesso em: 19 de Maio de 2017.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj, **et al. Famílias que maltratam:** uma tentativa de socialização pela violência. *Psico-USF*, v.7, n. 2, p. 163-173, 2002.

ANEXO

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AMOR E CIÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO ¿ A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODE SER DISCUTIDA NAS AULAS DE BIOLOGIA?

Pesquisador: Erika Freitas Mota

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62208716.4.0000.5054

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.887.462

Apresentação do Projeto:

Estudo a ser apresentado ao Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará, cujo o objetivo é Investigar a posição adotada por professores de Biologia sobre a inclusão de temas transversais em sala de aula, principalmente com discussões sobre violência doméstica nas aulas de Biologia. A amostra deverá ser composta por oito professores, que trabalham na Escola de Ensino Médio Liceu do Conjunto Ceará ou na Escola de Ensino Médio Liceu de Messejana os quais responderão a questionário contendo dados demográficos, profissionais e questões relativas sobre o tema em questão. O método indutivo de análise qualitativa, em particular a análise de conteúdo, será o utilizado para tratamento dos dados obtidos por meio do questionário.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a posição adotada por professores de Biologia sobre a inclusão de temas transversais em sala de aula, principalmente com discussões sobre violência doméstica nas aulas de Biologia.

Objetivo Secundário:

- Verificar a opinião dos professores de biologia sobre a inclusão de discussões sobre violência doméstica nas aulas.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 1.887.462

- Observar as possíveis dificuldades dos professores de trabalhar a transversalidade em suas aulas de biologia, abordando questões que retratem a violência doméstica.
- Analisar o posicionamento dos professores frente às discussões dessa magnitude.
- Avaliar como esse tema, na visão dos professores, pode ser inserido nos conteúdos de biologia, considerando a importância de problematizar a violência contra a mulher dentro do contexto biológico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Risco mínimo representado por possível constrangimento associado a não compreensão de questões apresentadas.

Benefícios: O pesquisador afirma que o estudo contribuirá para incentivar a inclusão de temas como a violência doméstica em suas aulas, e que poderá haver maior sensibilização dos professores participantes sobre o tema, favorecendo também o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade igualitária.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com objeto de pesquisa claros e congruentes com a metodologia apresentada. Procedimentos administrativos e éticos descritos e congruentes com as recomendações da Resolução 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e estão de acordo com a Resolução 466/12.

Recomendações:

Sem recomendações específicas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto sem pendências éticas ou documentais.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_798169.pdf	21/11/2016 18:05:50		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto.pdf	21/11/2016 18:04:05	Erika Freitas Mota	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 1.887.462

Investigador	Projeto.pdf	21/11/2016 18:04:05	Erika Freitas Mota	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	21/11/2016 18:03:45	Erika Freitas Mota	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoLiceuConjuntoCeara.pdf	21/11/2016 18:02:54	Erika Freitas Mota	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoLiceuMessejana.pdf	21/11/2016 18:01:43	Erika Freitas Mota	Aceito
Outros	Curriculo_Mota.pdf	21/11/2016 14:46:53	Erika Freitas Mota	Aceito
Outros	declaracaoLCC.pdf	21/11/2016 14:42:42	Erika Freitas Mota	Aceito
Declaração de Pesquisadores	concordanciaaluna.pdf	21/11/2016 14:40:43	Erika Freitas Mota	Aceito
Outros	declaracaoLM.pdf	21/11/2016 14:26:47	Erika Freitas Mota	Aceito
Outros	CARTA_APRECIACAO_CEP.pdf	21/11/2016 14:09:47	Erika Freitas Mota	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	21/11/2016 14:08:36	Erika Freitas Mota	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS.pdf	21/11/2016 14:01:00	Erika Freitas Mota	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaodaUFC.pdf	21/11/2016 13:57:33	Erika Freitas Mota	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/11/2016 13:53:23	Erika Freitas Mota	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	21/11/2016 13:48:30	Erika Freitas Mota	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 09 de Janeiro de 2017

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa intitulada "**AMOR E CIÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO – A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODE SER DISCUTIDA NAS AULAS DE BIOLOGIA?**". O principal objetivo é de investigar a posição adotada pelos professores de biologia sobre a adequação de temas transversais, principalmente com inclusão de discussões sobre violência doméstica nas aulas de Biologia. De maneira que possa contribuir com informações relevantes que apontem para um problema recorrente, porém pouco trabalhado. Ademais, também será possível verificar a existência de dificuldade em trabalhar a transversalidade com temas sociais contextualizados com os conteúdos de biologia.

A primeira etapa desta pesquisa consiste em responder um questionário, que levará no máximo de 15 minutos. Este é composto por nove questões que incluem variáveis como: idade, sexo biológico, formação profissional e área de atuação. Sobre o diagnóstico da existência de violência doméstica, as perguntas abordarão questionamentos desde a formação do professor quanto à abordagem dessa temática em suas aulas de biologia; bem como sobre o que ele conhece da lei Maria da Penha, se há na escola algum encaminhamento para alunos vítimas de violência, dentre outros. As questões são subjetivas e se você preferir relatar na forma de entrevista poderá solicitar ao pesquisador. Solicitamos que você não se identifique no questionário de nenhuma forma, pois nesta pesquisa será garantido o anonimato dos participantes e suas respostas servirão para análise dos dados desta pesquisa.

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação.

Em relação aos benefícios, podem ser citados: promoção de ações como discussões nas aulas de biologia, possibilitando maior sensibilização em relação ao tema e suporte teórico aos docentes sobre este tema que, na maioria das vezes, não é trabalhado.

Os dados coletados somente serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados por meio de artigos científicos, revistas especializadas ou encontros científicos. Desse modo, o participante estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico. Mais uma vez ressaltamos que você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Desde já, agradecemos a atenção e estamos à disposição para maiores informações.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Erika Freitas Mota. **Instituição:** Universidade Federal do Ceará. **Endereço:** Campus do Pici, s/n, Bloco 906, Fortaleza- CE. **Telefone para contato:** (85) 33669810.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP/ UFC) – Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo, fone: 3366.8344.

Assinatura do Responsável pela Pesquisa

Tendo sido informado (a) sobre a pesquisa VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, concordo em participar da mesma de forma livre e esclarecida.

Nome: _____

Assinatura: _____

Fortaleza- Ce, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE BIOLOGIA DOS LICEUS DE MESSEJANA E DO CONJUNTO CEARÁ, TEMA: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO PARTE DO CONTEÚDO DE BIOLOGIA.****QUESTIONÁRIO**

Autora principal: Roniele Macêdo Antunes. **Orientadora:** Profa. Dra. Erika Freitas Mota

Prezado voluntário, a primeira etapa desta pesquisa consiste em responder este questionário. Este é composto por nove questões. Solicitamos que você não se identifique de nenhuma forma, pois nesta pesquisa será garantido o anonimato dos participantes e suas respostas servirão para análise dos dados desta pesquisa. Maiores esclarecimentos falar com a autora principal da pesquisa.

Idade: _____

Sexo biológico: _____

Formação profissional: _____

Área de atuação: _____

1. A sua formação profissional oferece suporte para trabalhar em sala de aula com temáticas sociais, dentro dos temas transversais? Justifique.

2. Você acha que a violência doméstica deveria ser abordada nas aulas de biologia?
() Sim () Não

Por quê?

3. Você já realizou alguma aula abordando o tema violência doméstica? Se sim, relate como foi essa experiência, e o que acrescentou em sua vida pessoal e profissional?

4. Você tem alguma dificuldade em abordar em suas aulas temas como esse? Se sim, qual a maior dessas dificuldades?

5. Você considera importante discutir essa temática durante a aula?

() Sim () Não

Por quê? _____

6. Quais dos sinais abaixo, você reconheceria como indicativo de violência doméstica?

() Alteração do comportamento

() Presença de sinais físicos

() Ausência nas aulas

() Agressividade

() Isolamento em sala de aula

7. Ao longo dos bimestres, o professor passa a ter uma convivência maior com os estudantes, sendo possível identificar os discentes que são vítimas de violência doméstica. Você já teve alguma experiência desse tipo? Relate.

8. Você tem conhecimento da existência de algum serviço na escola voltado para identificar alunos que sofrem com a violência doméstica? Você considera importante existir um serviço com esta finalidade?

9. Acredita que a Lei nº 11. 340/06 (Lei Maria da Penha) possa contribuir para mudanças de comportamento de homens agressivos?

() Sim () Não

Justifique? _____
